



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

# XIX

Concurso Público  
para Provimento  
de Cargo de Juiz  
do Trabalho Substituto

## 1ª PROVA - 1ª ETAPA

Direito Individual do Trabalho, Direito Coletivo do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional e Comunitário, Direito Civil, Direito Comercial e Direito Previdenciário.

Brasília, 15 de setembro de 2007.

### INSTRUÇÕES

1. Confira se este caderno contém 50 questões.
2. A interpretação das questões faz parte da prova.
3. A duração da prova é de 4 (quatro) horas.
4. A prova será liberada ao candidato após 2 (duas) horas do início.

#### Folha de Respostas:

1. Use somente caneta esferográfica preta (de preferência) ou azul escura.
2. Não será permitida rasura na Folha de Respostas.

## DIREITO CIVIL

### 1) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Considera-se ausente a pessoa que desapareceu do seu domicílio, sem deixar representante ou procurador, desde que decorridos dois anos sem notícias.
- b) É possível a declaração de morte presumida sem decretação de ausência.
- c) O cônjuge do ausente será sempre o seu legítimo curador.
- d) Em falta do cônjuge a curadoria dos bens do ausente incumbe aos descendentes ou aos pais, nesta ordem, desde que não haja impedimento legal para assunção do encargo.
- e) A sucessão definitiva pode ser requerida quinze anos depois de passada em julgado a sentença que concedeu a sucessão provisória ou mediante a prova de que o ausente conta oitenta anos de nascido e que as últimas notícias sobre ele datam de cinco anos.

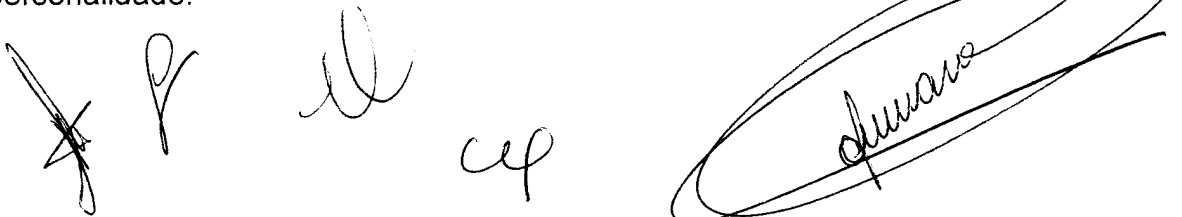
### 2) Analise as proposições abaixo e responda:

- I - As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- II - A lei revogada não se restaura automaticamente com a perda de vigência da lei revogadora.
- III - O princípio da continuidade das leis determina a obrigatoriedade da lei para todos durante sua vigência, não havendo revogação pelo desuso.
- IV - A suspensão da lei pelo Senado depois de declarada sua inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal é causa especial de revogação da lei.
- V - A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Apenas as proposições III e V estão corretas.
- c) Apenas as proposições I, II e V estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Nenhuma das proposições estão corretas.

### 3) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As empresas públicas que desenvolvem atividade econômica se sujeitam ao regime jurídico próprio das empresas privadas.
- b) São pessoas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
- c) São pessoas jurídicas de direito privado as associações, as organizações religiosas e os partidos políticos.
- d) As pessoas jurídicas de direito público são civilmente responsáveis pelos atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado o direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- e) Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.



**4) Considerando a distinção entre domicílio e residência, analise as proposições e responda:**

I - Domicílio voluntário é o que fica a critério do indivíduo. Quando se tratar de pessoa natural que tem diversas residências, onde alternadamente viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.

II - Domicílio legal ou necessário é aquele imposto por lei.

III - O itinerante tem por domicílio sua última residência conhecida.

IV - Domicílio de eleição é o decorrente de ajuste escrito entre os contratantes.

V - Quanto às relações profissionais da pessoa natural, também se considera seu domicílio o local em que a profissão é exercida.

- a) Apenas quatro proposições estão corretas.
- b) Apenas três proposições estão corretas.
- c) Apenas duas proposições estão corretas.
- d) Apenas uma das proposições está correta.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**5) Assinale a alternativa CORRETA:**

a) O menor com dezessete anos incompletos que mantenha relação de emprego e, em função dela, tenha economia própria, tem capacidade plena.

b) A menoridade cessa aos vinte e um anos completos.

c) A colação de grau em curso superior antes de completar dezesseis anos converte a incapacidade absoluta em relativa.

d) O menor de dezesseis anos pode ser emancipado por instrumento público ou particular, desde que seja homologado judicialmente.

e) O maior de dezesseis anos pode ser emancipado por instrumento público desde que seja homologado judicialmente.

**6) Assinale a alternativa CORRETA.**

**Quando a ineficácia de um negócio jurídico está subordinada a um evento futuro e incerto podemos afirmar que ele está submetido a:**

- a) condição causal.
- b) condição suspensiva.
- c) condição potestativa
- d) condição simplesmente potestativa.
- e) condição resolutiva.

**7) Assinale a alternativa INCORRETA:**

a) Segundo a doutrina, o vínculo obrigacional se decompõe em dois fatores: o débito (Schuld) e a responsabilidade (Haftung).

b) Não pode haver débito sem responsabilidade, mas pode haver responsabilidade sem nenhum débito.

c) Entende-se por débito a dívida e o dever de pagá-la.

d) O débito diz respeito ao direito material e a responsabilidade envolve também o direito processual.

e) Por responsabilidade se entende a sujeição do devedor à ação competente para o cumprimento da obrigação.

**8) Em relação ao instituto da decadência é INCORRETO afirmar que:**

- a) salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- b) é nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- c) a decadência deve ser reconhecida, de ofício, pelo juiz.
- d) os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à decadência ou não a alegarem oportunamente.
- e) a decadência pode ser convencional ou legal.

**9) Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O direito à sucessão aberta é considerado bem imóvel.
- b) Perdem o caráter de imóvel as edificações separadas do solo e removidas para outro local, ainda que tenham conservado sua unidade.
- c) Os bens naturalmente divisíveis não podem se tornar indivisíveis por vontade das partes.
- d) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertenças.
- e) Os bens públicos são inalienáveis enquanto conservarem essa qualificação.

**10) Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Se a transação recair sobre direitos contestados em juízo, será feita por escritura pública, ou por termo nos autos, assinado pelos transigentes e homologado pelo juiz.
- b) A transação deve ser interpretada restritivamente.
- c) A transação concluída entre o credor e o devedor desobrigará o fiador.
- d) A transação pode ser anulada por erro de direito a respeito das questões que foram objeto de controvérsia entre as partes.
- e) A nulidade de qualquer das cláusulas da transação resulta na nulidade total desta.

PREPARO JURÍDICO

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

CURSOS PARA CONCURSOS

**11) Assinale a alternativa CORRETA.**

**Gozam de isenção de custas no processo do trabalho, nos termos da legislação vigente e da interpretação majoritária dos Tribunais Superiores:**

I- a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e a Caixa Econômica Federal, a segunda quando agir na qualidade de gestora do fundo para indenização compensatória pela despedida injusta.

II- a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas autarquias e fundações, na ação rescisória.

III- as autarquias, incluídas as entidades de fiscalização profissional.

- a) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- b) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- c) Todas as proposições estão corretas.
- d) Apenas as proposições I e III estão corretas.
- e) Nenhuma proposição está correta.

~~a~~ b c d e

*Quinn*

**12) Assinale a alternativa CORRETA.**

**A União deve ser intimada pessoalmente e por mandado dos atos processuais praticados perante a Justiça do Trabalho, nos termos da legislação vigente, por meio:**

I - da Procuradoria da Fazenda Nacional, nas execuções fiscais.

II - da Procuradoria Geral Federal, por delegação da Procuradoria da Fazenda Nacional, de todas as conciliações processadas perante a Justiça do Trabalho.

III - da Advocacia Geral da União (AGU), na liquidação de sentença trabalhista que, reconhecendo o vínculo empregatício, condene *ex officio* ao recolhimento de contribuições sociais sobre os salários.

IV - da Advocacia Geral da União (AGU), na ação anulatória de débito, resultante de auto de infração autuado pela Delegacia Regional do Trabalho.

V - da Advocacia Geral da União (AGU), na ação de anulação de débito fiscal, decorrente de imposição de multa administrativa.

a) F, F, V, V, F.

b) F, V, F, V, F.

c) V, V, F, F, V.

d) V, F, F, V, V.

e) V, V, V, F, F.

**13) Assinale a alternativa CORRETA, a propósito da presença das partes em audiência, nos termos da legislação vigente:**

a) O preposto do reclamado empregador deverá, necessariamente, ser empregado do integrante do pólo passivo do feito.

b) A representação do reclamante em audiência, pelo sindicato de sua categoria profissional ou por empregado exercente da mesma profissão, nos dissídios individuais, somente é autorizada em caso de doença ou motivo relevante, devidamente comprovado.

c) Em se tratando de vínculo de natureza doméstica, no qual a relação de emprego se dá com o grupo familiar, pode o empregador indicar como preposto qualquer dos residentes no local da prestação de trabalho. Nos demais casos, o ordenamento positivado distingue o empregador pessoa jurídica da pessoa física, não permitindo a esta última fazer-se representar por preposto.

d) Todo empregado menor de 18 anos deve comparecer à audiência acompanhado de pessoa que o represente e, na ausência deste, de membro integrante do Ministério Público do Trabalho.

e) Nas reclamações plúrimas, o reclamante pode se fazer substituir por representante do sindicato de sua categoria profissional ou por empregado exercente da mesma profissão, independentemente da apresentação de justificativa para a ausência.

**14) Assinale a alternativa CORRETA, a partir das proposições abaixo:**

I - O ordenamento jurídico positivado permite que a ação civil pública se preste à defesa de interesse coletivo por meio da concessão de tutela inibitória.

II - A propositura de ação civil pública não induz à litispendência para as ações individuais posteriormente ajuizadas.

III - A decisão de mérito prolatada em ação civil pública, nos termos da lei, transitada em julgado nem sempre gera efeitos *erga omnes*.

~~A~~ f

h

cp

Quintana

IV - Não há condenação do sindicato autor de ação civil pública em custas e despesas processuais, salvo nos casos em que reconhecida a litigância de má-fé da parte. Nesta hipótese, as custas serão cobradas pelo décuplo, respondendo os integrantes do órgão de administração da associação solidariamente pela solução do débito.

- a) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
- d) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.
- e) Apenas as alternativas I, II e IV estão corretas.

**15) Assinale a alternativa que NÃO corresponder a um reflexo dos efeitos da decretação da falência nos feitos processados contra o falido perante a Justiça do Trabalho, segundo a legislação vigente:**

- a) antecipar o vencimento de parcelas vincendas fixadas em conciliação homologada pelo juiz do trabalho no curso da execução trabalhista.
- b) suspender o andamento de todas as execuções de dívidas trabalhistas processadas perante o órgão da justiça especializada, após a conclusão da liquidação, quando será expedida certidão de habilitação de crédito a ser apresentada perante o juízo universal falimentar.
- c) alterar o registro quanto à representação do devedor, intimando-o, a partir de então, na pessoa do administrador judicial nomeado pelo juízo falimentar, resguardado o direito de intervenção no feito pelo falido, que somente poderá requerer as medidas e interpor recursos que tenham por objeto conservação de seus direitos ou dos bens arrecadados.
- d) interromper o cômputo de juros futuros do débito em fase de liquidação.
- e) preservar a competência material da Justiça do Trabalho para julgar as impugnações feitas perante o juízo falimentar contra a relação de credores, apontando a ausência de qualquer crédito trabalhista ou manifestando-se contra a sua legitimidade, importância ou classificação na relação de crédito até apuração do respectivo valor.

**16) Em sede de mandado de segurança, é CORRETO afirmar, segundo a jurisprudência uniformizada dos Tribunais Superiores e a legislação vigente, que:**

- I - a antecipação de tutela concedida na reclamação trabalhista somente pode ser cassada por meio de mandado de segurança, uma vez que o processo especializado não prevê a figura do agravo com essa finalidade e que as decisões interlocutórias nesse ramo processual não admitem recurso próprio.
- II - decisão denegatória em mandado de segurança não opera coisa julgada material contra o impetrante, permitindo o manejo da ação própria.
- III - a contagem do prazo decadencial para impetração de mandado de segurança inicia-se com o primeiro ato coator em que se firmou a tese hostilizada e não com aquele que a ratificou.
- IV - A União será intimada pessoalmente pelo juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, das decisões judiciais em que suas autoridades administrativas figurem como coatoras, com a entrega de cópias dos documentos nelas mencionados, para eventual suspensão da decisão e defesa do ato apontado como ilegal ou abusivo de poder.

*Handwritten initials: F P*

*Handwritten initials: AL*

*Handwritten initials: CP*

*Handwritten signature: Quaresma*

- a) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I, II e IV.
- c) Todas as alternativas estão corretas.
- d) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
- e) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.

**17) Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A exceção de pré-executividade é meio apto a atacar a execução de ação de cumprimento julgada procedente com fundamento em cláusula de sentença normativa reformada em grau de recurso.
- b) O juízo da execução deve determinar a inclusão das contribuições previdenciárias e fiscais na conta de liquidação, ainda que a sentença seja silente sobre a matéria.
- c) São títulos aptos a motivar a execução trabalhista os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho, os termos de conciliação firmada perante Comissão de Conciliação Prévia regularmente instalada e a sentença penal transitada em julgado que vier a condenar o empregador por lesão corporal culposa em acidente do trabalho, em relação à indenização por dano moral.
- d) A execução de sentença arbitral estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça será procedida por meio de carta de sentença e obedecerá as normas processuais estabelecidas no título, naquilo que não conflitar com a legislação brasileira.
- e) O exercício do direito de excussão pelos sócios de pessoa jurídica condenada à obrigação de pagar quantia certa em decorrência de sentença proferida em reclamatória trabalhista transitada em julgado depende da nomeação de bens da sociedade, sitos na mesma comarca, livres e desembargados.

**18) Segundo o ordenamento jurídico vigente e o entendimento jurisprudencial dominante das cortes trabalhistas, pode-se afirmar que:**

- I - compete à Justiça do Trabalho dirimir dissídio individual entre trabalhador e ente público se há controvérsia acerca do vínculo empregatício quando alegado desvirtuamento de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, inciso IX, da CF/1988).
- II - investe-se o foro do Distrito Federal da competência territorial em sede de ação civil pública que tenha por objeto o dano causado ou a ser reparado em âmbito supra-regional ou nacional.
- III - a competência para dirimir os dissídios que envolvam o abate-teto dos empregados públicos pertence à Justiça do Trabalho.
- IV - as sentenças de mérito proferidas por Juízos de Tribunal Federal ou Estadual, antes da entrada em vigor da EC nº 45/2004, autorizam a manutenção da competência daqueles Tribunais para julgamento dos recursos a elas interpostos, bem como para a condução dos feitos até sua finalização, hipótese em que deve ser pronunciada a incompetência da Justiça do Trabalho.

- a) Apenas as proposições I e III estão corretas.
- b) Apenas as proposições II e IV estão corretas.
- c) Todas as proposições estão corretas.
- d) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- e) Apenas as proposições III e IV estão corretas.

**19) O tratamento da prova, nos termos da legislação instrumental aplicável ao processo do trabalho, autoriza concluir que:**

I - a testemunha deve ser qualificada antes de prestar o compromisso legal e ser ouvida. Integra a qualificação, em relação à testemunha empregada do reclamado, o tempo de serviço prestado.

II - o número de testemunhas é limitado em 03 (três) para cada uma das partes no processo do trabalho, salvo nos feitos submetidos ao rito sumaríssimo em que o número máximo de testemunhas é fixado em duas para cada parte. Deverá o juiz observar que o depoimento de uma não seja ouvido pelas demais.

III - na verificação de que a testemunha é parente até o terceiro grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, ou condenada por crime de falso testemunho ou que tenha interesse na causa deverá o juiz dispensar seu depoimento.

IV - a confissão não atinge todos os fatos declarados pela parte contrária no processo.

- a) Apenas as proposições I e IV estão corretas.
- b) Apenas proposições I, III e IV estão corretas
- c) Todas as proposições estão corretas.
- d) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Apenas a proposição II está correta

**20) Assinale a alternativa INCORRETA:**

a) A antecipação de tutela para reintegração de dirigente sindical, dispensado do emprego sem a observância do devido processo legal, tem regência própria, não exigindo a lei a verificação de possibilidade para reversão do comando.

b) Pode o juiz, com subsídio na norma processual civil, deferir antecipação de tutela requerida na petição inicial de reclamação trabalhista, ainda que verse sobre medida de natureza cautelar.

c) A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão da tutela antecipada ou liminar, disto resultando a extinção sem apreciação de mérito do "writ".

d) O pedido de antecipação de tutela, formulado na petição inicial de ação rescisória ou na fase recursal, visando a suspender a execução da decisão rescindenda, pode ser recebido como medida acautelatória.

e) A suspensão da liminar em mandado de segurança, salvo determinação em contrário da decisão que a deferir, vigorará até o trânsito em julgado da decisão definitiva de concessão da segurança ou, havendo recurso, até a sua manutenção pelo Supremo Tribunal Federal.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**21) Em sede de eficácia de decisão prolatada em controle concentrado de constitucionalidade é VÁLIDO afirmar, segundo os ditames da Constituição Federal, que:**

I - as decisões de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante.

~~f~~ f ll up

Quano



II - o efeito vinculante das decisões proferidas nas ações mencionadas no item anterior atinge os demais órgãos do Poder Judiciário e a administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

III - o Supremo Tribunal Federal, ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou excepcional interesse social, por maioria de dois terços de seus membros, poderá decidir que a coisa julgada somente produza efeitos de ordem restrita e/ou em momento diverso da formação de coisa julgada no feito.

IV - o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação exclusivamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta, autárquica e fundacional, às empresas públicas e sociedades de economia mista.

- a) Apenas a proposição II está correta.
- b) Todas as proposições estão corretas.
- c) Apenas as proposições I, e IV estão corretas.
- d) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Apenas as proposições I e III estão corretas.

**22) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa verdadeira:**

- a) O Supremo Tribunal Federal é originariamente competente para conhecer de mandado de segurança contra deliberação administrativa do tribunal de origem da qual haja participado a maioria ou totalidade de seus membros.
- b) O Supremo Tribunal Federal é dotado de competência originária para apreciar ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal que discipline a ocupação do solo urbano local.
- c) A competência do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal exercer o juízo de delibação para homologação de sentença estrangeira.
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, originariamente, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, nos quais não haja o concurso do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, o Procurador Geral da República e os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente.

**23) Alguns dos direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição Federal admitem flexibilização, a ser exercida por meio de convenção ou acordo coletivo, desde que observados:**

- I - a participação obrigatória do sindicato na representação das categorias profissional ou econômica no processo de negociação.
- II - o princípio da adequação setorial negociada.
- III - o registro no órgão competente dos sindicatos envolvidos na negociação coletiva.
- IV - o direito de voto do aposentado filiado.

*[Handwritten marks and signatures]*

*[Handwritten signature: Quirino]*

- a) A proposição I está correta e justifica a proposição II, enquanto que as demais estão incorretas.
- b) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas e nenhuma justifica a outra.
- c) Todas as proposições estão corretas, mas uma não justifica a outra.
- d) As proposições I e II estão corretas, embora uma não justifique a outra.
- e) Apenas a proposição II está correta e é justificada pelo princípio da unicidade sindical adotado pela Constituição Federal.

**24) Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A vigência da medida provisória é mantida mesmo em face da aprovação nas duas Casas do Congresso de projeto de lei em sentido contrário.
- b) Não cabe medida provisória sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pela Câmara e o Senado, ainda que editada antes do envio do projeto ao Presidente da República para sanção ou veto.
- c) A ausência de edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas constituídas durante o período de vigência de medida provisória que perdeu a eficácia por decurso do prazo para conversão em lei acarreta o reconhecimento de que a regência da matéria, no período, será aquela prevista na medida provisória.
- d) Incorre em inconstitucionalidade formal a medida provisória que disciplinar medida que trate do exercício do direito de cidadania.
- e) Não incorre em inconstitucionalidade formal a medida provisória que conceder estabilidade no emprego para o portador de doença incurável.

**25) A Constituição Federal, ao dispor sobre os Princípios Gerais da Atividade Econômica, sujeitou as sociedades de economia mista e as empresas públicas que explorem atividade econômica à adoção do regime contratual na relação mantida com os trabalhadores integrantes de seus quadros permanentes, a exemplo do que ocorre com as pessoas físicas ou jurídicas de direito privado nas mesmas condições. Observar-se-á, no entanto, em relação a esses organismos integrantes da administração indireta, entre outros, os preceitos constitucionais seguintes:**

- I - A oferta de empregos e vantagens ou aumento de remuneração ou, ainda, a criação de cargos fica condicionada aos limites de despesa com pessoal ativo e inativo fixados para a administração direta, limitando-se, ainda, a remuneração desses empregados ao valor do subsídio em espécie prestado aos Ministros do Supremo Tribunal Federal e, portanto, pode ser reduzida sempre que ultrapassar esse limite.
- II - A oferta dos empregos deverá obedecer os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e ser precedida da aprovação em processo seletivo de provas ou títulos.
- III - A investidura em cargo eletivo municipal exige a suspensão do contrato de trabalho durante todo o mandato.
- IV - A acumulação de empregos públicos ou de emprego e cargo público é vedada, exceto quando houver compatibilidade de horários.

- a) Nenhuma das proposições está correta.
- b) Apenas proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Apenas proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Apenas a proposição II está correta.

*X* *f* *ll* *up*

*Quarato*

**26) Os ocupantes de cargo público efetivo, estáveis, somente podem perder o cargo:**

- I - em decorrência de decisão judicial de mérito da qual não caiba recurso.
- II - se a conclusão final de processo administrativo que, observando a ampla defesa, concluir pela prática, pelo servidor, de ato que caracterize conduta gravemente culposa ou dolosa, que provoque prejuízo ao erário.
- III - pela não obtenção de nota mínima em avaliação periódica de desempenho, realizada segundo os ditames definidos em lei complementar.
- IV - em face do excedimento dos valores permitidos nos gastos com pessoal ativo e inativo, caso a redução de 20% das despesas com cargos em comissão e a demissão dos servidores não estáveis tenham sido insuficientes para adequar a administração aos limites definidos em lei complementar.

- a) Apenas as proposições II e IV estão corretas.
- b) Apenas a proposição I está correta.
- c) Todas as proposições estão corretas.
- d) Apenas as proposições I, III e IV estão corretas.
- e) Apenas as proposições II e III estão corretas.

**27) A ordem econômica, ao assumir a finalidade constitucional de assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observou os princípios abaixo indicados, EXCETO:**

- a) a propriedade privada e a livre concorrência.
- b) a defesa do meio ambiente.
- c) o tratamento isonômico das empresas.
- d) a busca do pleno emprego.
- e) a defesa do consumidor.

**28) Assinale a alternativa INCORRETA.**

**Compete à União, privativamente, legislar sobre:**

- a) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário e do trabalho.
- b) regras gerais de proteção e integração da pessoa portadora de deficiência.
- c) normas gerais de licitação e contratos para os órgãos da administração pública direta e indireta Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões.
- e) registros públicos.

**29) Assinale a opção CORRETA.**

**Constituem princípios processuais presentes na Constituição Federal, entre outros, os seguintes direitos e garantias:**

- a) julgamentos públicos, observadas as exceções previstas na lei, e decisões fundamentadas, prestadas com observância do devido processo legal, pelo juízo natural, assegurados o contraditório, a ampla defesa e o duplo grau de jurisdição.
- b) a individualização da pena e a proibição sem exceções de estipulação de penas de caráter perpétuo, de morte, trabalhos forçados, banimento e cruéis e o cumprimento da pena em estabelecimentos distintos, de acordo com normas fixadas, levando-se em conta apenas a natureza do delito e a idade do apenado, e, ainda, o respeito e a integridade física e moral do preso.

~~X~~ f

ll

cp

*Quiana*

- c) a inexistência de crime e de pena sem lei prévia que o defina, a vedação à retroatividade da lei penal, a presunção de inocência até o trânsito em julgado da decisão condenatória penal e a impossibilidade de prisão, senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária, salvo nos casos de transgressão militar ou crime militar, definidos em lei.
- d) a inafastabilidade de jurisdição, a admissão de suprimento da inércia em ação pública pela admissão de ação privada, a imprestabilidade da prova obtida por meios ilícitos e a inexistência de prisão civil por dívida, salvo nos casos definidos em lei.
- e) nenhuma das proposições anteriores está integralmente correta.

**30) Assinale a alternativa CORRETA:**

I - O precatório judicial é o instrumento pelo qual a fazenda pública realiza os pagamentos decorrentes de sentença judicial, aplicando-se apenas aos órgãos da administração direta federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.

II - Observar-se-á a ordem cronológica de apresentação dos precatórios judiciais, exceção feita aos créditos de natureza alimentícia, cujos precatórios, seguirão ordem cronológica própria.

III - As dotações orçamentárias e os créditos abertos para pagamento dos precatórios judiciais serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento ao credor.

IV - As dívidas de pequeno valor, assim entendidas aquelas que não atinjam valor mínimo fixado em lei, não se submetem à expedição de precatórios, cabendo ao juiz da execução requisitar o pagamento diretamente à Fazenda Pública. Lei de iniciativa do Presidente da República poderá fixar valores distintos para definição de pequeno valor, aplicáveis inclusive a outras unidades da Federação.

- a) F, V, V, F.  
 b) F, F, V, V.  
 c) V, F, F, V.  
 d) V, V, V, F.  
 e) F, F, F, V.

**DIREITO PENAL**

**31) Examine as proposições abaixo e responda:**

I - Do conceito formal de crime, pode-se dizer que o fato típico e a antijuridicidade são requisitos indispensáveis à configuração do comportamento delituoso.

II - Diz-se que antijuridicidade é o comportamento humano (positivo ou negativo) que provoca um resultado (em regra) e é previsto em lei penal como infração.

III - A punibilidade, entendida como a aplicabilidade da pena, é consequência jurídica do crime, e não seu requisito constitutivo.

IV - A exclusão da culpabilidade resulta na inexistência do fato típico e, em consequência, do crime.

- a) Apenas uma proposição está correta.  
 b) Apenas duas proposições estão corretas.  
 c) Apenas três proposições estão corretas.  
 d) Todas as proposições estão corretas.  
 e) Nenhuma das proposições está correta.

*Handwritten marks: a large 'X' over the first option, and the letters '8', '11', and 'cp' written in cursive.*

*Handwritten signature: 'Jurema' written in cursive and enclosed in a large oval.*

**32) Sobre o dolo, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Para a teoria finalista da ação, o dolo é elemento subjetivo do tipo.
- b) A consciência da conduta, do resultado e do nexos de causalidade constitui elemento do dolo.
- c) No fato doloso, o erro de tipo exclui o dolo, podendo o sujeito responder por crime culposos.
- d) No dolo de perigo, o agente não quer o dano nem assume o risco de produzi-lo, mas deseja ou assume o risco de produzir um resultado de perigo.
- e) No dolo eventual, o sujeito prevê o resultado, mas espera que este não ocorra ou que conseguirá evitá-lo por sua habilidade.

**33) Escolha a alternativa CORRETA:**

- a) São crimes plurissubjetivos os que exigem a pluralidade de sujeitos. Já os crimes monossubjetivos não podem ser praticados por mais de um sujeito.
- b) Co-autor é o sujeito que apenas planeja a ação delituosa.
- c) O estado de necessidade é causa excludente da antijuridicidade.
- d) Não há legítima defesa quando a agressão injusta era apenas iminente.
- e) Na legítima defesa o perigo pode advir de conduta humana ou de ataque irracional.

**34) Qual das infrações a seguir relacionadas admite a figura da tentativa?**

- a) O crime complexo.
- b) A contravenção.
- c) O crime preterdoloso.
- d) O crime unissubsistente.
- e) O crime omissivo puro.

**35) Considerando o crime de “redução a condição análoga à de escravo”, examine as proposições abaixo e responda:**

I – Incorre nas penas nele previstas quem se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador com o fim de retê-lo no local de trabalho. O consentimento da vítima não elide a conduta delituosa, em razão da indisponibilidade dos direitos protegidos.

II – Nos termos da lei, configura-se a forma qualificada se o crime é cometido por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

III – Nos termos da lei, configura-se a forma qualificada se o crime é cometido contra mulher, criança ou adolescente.

IV – É crime doloso, permanente e admite tentativa. Consuma-se quando o sujeito passivo passa ao domínio de outrem, mediante a supressão de sua liberdade de locomoção ou de sua vontade de não executar o trabalho que lhe é exigido.

- a) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- b) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- c) Apenas as proposições I e IV estão corretas.
- d) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas.

## DIREITO COMERCIAL

### **36) Examine as proposições e responda:**

I - A aprovação do novo Código Civil, em 2002, trouxe grande inovação ao Direito Comercial Brasileiro, consolidando o processo de transição entre o sistema francês (adotado no Código Comercial de 1850) e o sistema italiano (inspirador da nova legislação).

II - O sistema atualmente adotado no direito comercial brasileiro abandonou a teoria dos atos de comércio e privilegiou a teoria da empresa. Assim, a figura do antigo comerciante deixou de ser o centro nuclear do sistema, dando espaço à empresa, entendida como a atividade economicamente organizada para a produção e circulação de bens e serviços aos mercados.

III - O Código Civil estabelece conceitos específicos para as figuras do empresário e do estabelecimento, mas não o faz em relação à empresa.

- a) Apenas a proposição III está correta.
- b) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- c) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Nenhuma das proposições está correta.

### **37) De acordo com a Lei nº. 7.357/85, que trata do *cheque*, NÃO é correto afirmar:**

- a) A assinatura do emitente do cheque pode ser constituída por chancela mecânica.
- b) As obrigações contraídas no cheque são autônomas e independentes.
- c) O mandato contido no endosso do cheque se extingue por morte do endossante.
- d) No cheque cruzado, o cruzamento geral pode ser convertido em especial.
- e) O pagamento do cheque pode ser garantido, no todo ou em parte, por aval prestado por terceiro, exceto o sacado.

### **38) De acordo com a Lei nº. 4.886/65 e alterações posteriores, que trata dos representantes comerciais autônomos, escolha a única alternativa CORRETA:**

- a) O direito de postular as comissões devidas no contrato de representação comercial prescreve em três anos.
- b) Na relação de representação comercial, considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de seis meses, a outro contrato, com ou sem determinação de prazo, sendo devido o aviso prévio no caso de rescisão.
- c) A estipulação de obrigações ao representante comercial autônomo, bem como de cláusula de exclusividade em favor do representado, desnatura o contrato de representação comercial.
- d) A proibição para que o representante conceda abatimentos, descontos ou dilações, sem a autorização expressa do representado, desnatura o contrato de representação comercial.
- e) No contrato de representação comercial, é vedada a retenção de comissões devidas ao representante, mas é permitida a inclusão de cláusulas *del credere*.

~~X~~ P    il    cp    del credere

**39) Sobre falência, examine as proposições e responda:**

I – O acionista detém legitimidade para requerer a falência da sociedade, situação que a lei denomina de *autofalência*.

II – Diferentemente do credor trabalhista, o credor fiscal não detém legitimidade para requerer a falência do devedor. Segundo já decidiu o STJ, a Fazenda Pública goza de amplos privilégios legais que lhe garantem a instauração de procedimento executório antes ou depois da falência, ou seja, independentemente da situação falimentar do devedor.

III – O credor com garantia real, ao requerer a falência do devedor, renuncia à garantia.

- a) Apenas a proposição I está correta.
- b) Apenas a proposição II está correta.
- c) Apenas a proposição III está correta.
- d) Apenas as proposições I e III estão corretas.
- e) Apenas as proposições II e III estão corretas.

**40) Examine as proposições e responda, observando a doutrina prevalente e as leis aplicáveis:**

O contrato de trabalho não se resolve ou rescinde com a falência **PORQUE** os contratos bilaterais não se resolvem pela falência e podem ser cumpridos pelo administrador judicial se o cumprimento reduzir ou evitar o aumento do passivo da massa falida ou for necessário à manutenção e preservação de seus ativos, mediante autorização do Comitê.

- a) As duas afirmações estão erradas.
- b) A primeira afirmação está errada e a segunda afirmação está correta.
- c) A primeira afirmação está correta e a segunda afirmação está errada.
- d) As duas afirmações estão corretas e a segunda é justificativa da primeira.
- e) As duas afirmações estão corretas, mas a segunda não é justificativa da primeira.

CURSOS PARA CONCURSOS  
**DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

**41) Sobre o tema seguro-desemprego, analise as proposições abaixo e marque a opção CORRETA:**

I - É hipótese de sua suspensão o início de percepção de benefício de prestação continuada da previdência social, exceto o auxílio-acidente.

II - São hipóteses de cancelamento do benefício a morte do segurado e a admissão do trabalhador em novo emprego.

III - São hipóteses de cancelamento do benefício a prova de falsidade da prestação de informações necessárias à habilitação e a comprovação de fraude visando à percepção indevida do benefício.

IV - É intransferível, exceto por morte do segurado, para fins de recebimento das parcelas vencidas, que serão pagas aos dependentes por meio de alvará judicial.

*f* *p* *ll* *cp* *Juunaro*

V- O prazo para o requerimento é do 7º até o 120º dias subseqüentes à data da dispensa do empregado, e do indeferimento do pedido caberá recurso ao Ministério do Trabalho e Emprego, no prazo de 120 dias a contar da data da ciência do trabalhador .

- a) Apenas as proposições I, II e V estão corretas.
- b) Apenas as proposições III e IV estão corretas.
- c) Apenas as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as proposições II e V estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**42) Com relação aos benefícios previdenciários, analise as proposições abaixo e marque a opção CORRETA:**

I - O auxílio-doença é devido ao segurado empregado a partir do 16º dia de afastamento, arcando o empregador com o pagamento dos 15 primeiros dias. No entanto, fica a empresa desobrigada de novo pagamento dos 15 primeiros dias de afastamento, na hipótese de um segundo benefício ser concedido depois de decorridos 60 dias contados da cessação do primeiro, desde que decorrente da mesma doença.

II- Atualmente o direito ao salário-maternidade é assegurado para a trabalhadora avulsa, a contribuinte individual, seja autônoma ou eventual, bem como às seguradas especial e facultativa.

III- O salário-família é devido ao segurado empregado que tiver filho menor de 14 anos ou inválido de qualquer idade e, se tiver o empregado mais de um contrato de trabalho com diferentes empregadores, terá direito ao salário-família relativamente a cada um dos contratos, mas até o limite de três cotas em cada.

- a) Apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- c) Todas as proposições são verdadeiras.
- d) Apenas a proposição II é verdadeira.
- e) Todas as proposições são falsas.

**43) A Constituição Federal, em seu art. 195, § 7º, estabelece que “são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei”. Diante da legislação previdenciária verifique a veracidade ou falsidade das proposições abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

I - A isenção somente é assegurada para a entidade que atenda aos requisitos previstos na lei, cumulativamente, e não abrange empresa ou entidade que, tendo personalidade jurídica própria, seja mantida por outra que esteja no exercício da isenção.

II - São alguns dos requisitos legais para obtenção da isenção: que não percebam os diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores da entidade, remuneração e não usufruam vantagens ou benefícios a qualquer título; que a entidade seja reconhecida como de utilidade pública federal e estadual ou do Distrito Federal ou municipal.

III - A isenção de que goza a entidade somente a ela se aplica, devendo cuidar de reter e recolher a parte pertinente ao empregado.

~~X~~ 8 III CP

*Amaro*



IV- A lei também considera de assistência social beneficente, a oferta e a efetiva prestação de serviços de pelo menos sessenta por cento ao Sistema Único de Saúde, nos termos do regulamento.

- a) Todas as proposições são verdadeiras.
- b) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- c) Apenas as proposições I, III e IV são verdadeiras.
- d) Apenas as proposições I, II e III são verdadeiras.
- e) Apenas a proposição IV é verdadeira.

**44) Diante do tema custeio da seguridade social e contribuições do trabalhador, identifique a veracidade ou falsidade das proposições abaixo e assinale a opção CORRETA:**

I - Há incidência da contribuição previdenciária sobre os valores recebidos em decorrência de cessão de direitos autorais do empregado.

II - Os benefícios da previdência social não integram o salário-de-contribuição, salvo o salário-maternidade.

III - Sobre o abono de férias previsto na CLT não incide a contribuição previdenciária.

IV- Sobre a importância recebida pelo empregado a título de incentivo ao desligamento há incidência da contribuição previdenciária.

- a) Todas as proposições são verdadeiras.
- b) Apenas as proposições II e IV são verdadeiras.
- c) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- d) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- e) Apenas as proposições I e IV são verdadeiras.

**45) Examine as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA.**

**São hipóteses de acidente de trabalho:**

I - a doença profissional e as doenças do trabalho relacionadas na norma regulamentadora, mesmo aquelas que não produzam incapacidade laborativa.

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário de trabalho, proveniente de desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

III - O acidente sofrido pelo segurado no local e no horário de trabalho, proveniente de ato de pessoa privada do uso da razão.

IV - A doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, quando comprovado que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

- a) V, F, F, F.
- b) V, V, F, F.
- c) F, V, V, V.
- d) F, F, V, V.
- e) F, V, F, V.

*Handwritten marks: a large 'X' and some scribbles.*

*Handwritten initials: 'll'.*

*Handwritten initials: 'cp'.*

*Large handwritten signature: 'Quirino'.*

## DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

**46) Analise as proposições apresentadas sobre imunidade jurisdicional e assinale a alternativa CORRETA:**

I- São absolutamente imunes ao exercício da jurisdição trabalhista brasileira os agentes diplomáticos e os agentes consulares estrangeiros.

II- A imunidade do Estado estrangeiro, no processo de conhecimento e no de execução, não alcança as questões relacionadas com o contrato de emprego.

III- Os organismos internacionais não gozam de imunidade de jurisdição nas questões que envolvam a concessão de efeitos jurídicos à relação trabalhista quando não promovem a adoção de meios adequados para solução das controvérsias resultantes dos contratos com particulares.

IV- A imunidade de jurisdição dos agentes diplomáticos, contrariamente àquela conferida aos Estados estrangeiros e aos organismos internacionais, não é renunciável por seu titular.

- a) V, F, F, V.
- b) F, V, V, F.
- c) V, V, V, F.
- d) F, F, F, V.
- e) F, F, V, V.

**47) Assinale a alternativa INCORRETA:**

a) A vigência e aplicação dos tratados no Brasil coincidem com a sua entrada em vigor no âmbito internacional.

b) Para os autores dualistas o direito internacional e o direito interno são duas ordens distintas e é necessário que o tratado seja transformado em legislação interna para que seus preceitos sejam aplicados.

c) Para os autores monistas internacionais há unicidade da ordem jurídica sob o primado do direito internacional, ao qual se ajustariam as ordens internas.

d) Para os autores monistas nacionais o direito nacional possui supremacia sobre o direito internacional e a adesão às normas internacionais é faculdade discricionária do Estado Soberano.

e) No Brasil os tratados são celebrados pelo Presidente da República e depois submetidos ao Congresso Nacional para aprovação, só então são ratificados e passam a ter vigência no País.

**48) Assinale a alternativa CORRETA:**

a) Os tratados diferem das convenções quanto aos efeitos, ao número de participantes e à qualidade jurídica dos participantes.

b) Tratado é todo acordo formal concluído entre pessoas jurídicas de direito internacional público destinado a produzir efeito jurídico.

c) Os tratados, convenções e troca de notas podem ser estabelecidos por qualquer meio moralmente legítimo, seja formal ou informal.

d) Os tratados e convenções são firmados por pessoas jurídicas internacionais, excetuando a Santa Sé.

e) O acordo firmado entre Estados recebe o nome de convenção.

~~X~~ 8 ll cp

*Quirino*

**49) Analise as proposições e responda:**

I - Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

II - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

III - Compete exclusivamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais.

IV - Compete privativamente ao Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Nenhuma das proposições está correta.
- c) Apenas a proposição III é correta.
- d) Apenas as proposições II e IV são corretas.
- e) Apenas a proposição I está correta.

**50) Analise as proposições e responda:**

I - Dois ou mais Estados poderão acreditar a mesma pessoa como Chefe de Missão perante outro Estado, a não ser que o Estado acreditado a isso se oponha.

II - Incumbe à missão diplomática, entre outras funções, negociar com o Governo do Estado acreditado e inteirar-se por todos os meios lícitos das condições existentes e da evolução dos acontecimentos no Estado acreditado e informar a este respeito o Governo do Estado acreditante.

III - A outorga da proteção diplomática de um Estado a um particular leva o nome de endosso.

IV - A residência particular do agente diplomático goza da mesma inviolabilidade e proteção que os locais da Missão.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Nenhuma das proposições está correta.
- c) Apenas a proposição IV está correta.
- d) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- e) Apenas a proposição I está correta.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

# XIX

Concurso Público  
para Provimento  
de Cargo de Juiz  
do Trabalho Substituto

## 1ª PROVA - 2ª ETAPA

Direito Individual do Trabalho, Direito Coletivo do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional e Comunitário, Direito Civil, Direito Comercial e Direito Previdenciário.

Brasília, 16 de setembro de 2007.

### INSTRUÇÕES

1. Confira se este caderno contém 50 questões.
2. A interpretação das questões faz parte da prova.
3. A duração da prova é de 4 (quatro) horas.
4. A prova será liberada ao candidato após 2 (duas) horas do início.

#### Folha de Respostas:

1. Use somente caneta esferográfica preta (de preferência) ou azul escura.
2. Não será permitida rasura na Folha de Respostas.

## **DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO** **DIREITO COLETIVO DO TRABALHO**

**51) Diante de uma abordagem sobre as transformações das relações de trabalho e a construção de novos modelos, tendo como enfoque o instituto do trabalho parassubordinado, assinale a opção INCORRETA:**

- a) O que diferencia o trabalho parassubordinado do trabalho subordinado é a prevalência, no primeiro, da coordenação, onde prestador e tomador ordenam conjuntamente todo o trabalho.
- b) É um modelo intermediário entre trabalho subordinado e trabalho autônomo, desenvolvido pela doutrina italiana.
- c) Envolve relações de trabalho de natureza contínua, muito embora alguns autores sustentem que a continuidade não se presta à sua configuração.
- d) A pessoalidade na prestação de serviços não predomina, comportando a atuação de outros prestadores enviados pelo contratado.
- e) Abrange o desenvolvimento de atividades que se inserem na organização do tomador de serviços.

**52) Analise as proposições abaixo considerando o tema assédio moral, e marque a resposta CORRETA:**

- I - "Mobbing", como é internacionalmente conhecido, trata-se de assédio moral ou terror psicológico, violência que não está restrita ao ambiente de trabalho, podendo ocorrer também na família e na escola.
- II- Para aferição do assédio moral deve-se levar em conta dois aspectos fundamentais: a agressão sistemática e duradoura, que geralmente se manifesta por uma manipulação perversa; e o objetivo de desestabilizar emocionalmente a vítima visando a sua iniciativa para se afastar do trabalho.
- III- São tipos de manifestação do terror psicológico: ascendente, descendente e horizontal.
- IV - O assédio moral não se confunde com o assédio sexual, no entanto, a natureza dos ataques no primeiro, pode ter um fundo sexual.

- a) Estão corretas apenas as proposições I e II.
- b) Estão corretas apenas as proposições II e III.
- c) Todas as proposições estão corretas.
- d) Estão corretas apenas as proposições III e IV
- e) Estão corretas apenas as proposições I e IV.

**53) De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho pode-se concluir que:**

- I - a incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular, bem como a mera insuficiência de transporte público, são circunstâncias que geram o direito às horas *in itinere*.
- II- os intervalos não previstos em lei, concedidos pelo empregador na jornada de trabalho, representam tempo à disposição da empresa, e devem ser remunerados como tempo extra, na hipótese de serem acrescidos ao final da jornada.

af

y

el

X

Quinao

III- as gorjetas, inclusive aquelas fornecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado para cálculo de férias, 13º salário e FGTS.

IV- o empregado remunerado unicamente à base de comissões e sujeito a controle de horário, que excede a jornada legal, tem direito somente ao adicional de horas extras, de no mínimo 50% (cinquenta por cento), pelo trabalho em tempo extraordinário, a ser calculado sobre o valor-hora das comissões recebidas no mês, adotando-se o divisor 220.

- a) Estão corretas apenas as proposições I e II.
- b) Estão corretas apenas as proposições II e III.
- c) Estão corretas apenas as proposições III e IV.
- d) Estão corretas apenas as proposições I, III e IV.
- e) Está correta apenas a proposição II.

**54) Considerando o Direito do Trabalho e o Meio Ambiente do Trabalho, no contexto dos Direitos Humanos Fundamentais, analise as proposições abaixo e responda:**

I - A primeira geração dos direitos fundamentais abrange os direitos de liberdade e se apresenta como resistência à atuação do Estado na interferência na conduta dos indivíduos. A segunda geração dos direitos fundamentais diz respeito aos direitos sociais, culturais e econômicos, visando a igualdade. Os direitos de solidariedade ou fraternidade, como são geralmente denominados, são os direitos fundamentais de terceira geração.

II- Como o meio ambiente do trabalho está inserido no contexto do direito do trabalho, que por sua vez faz parte dos direitos sociais, é incluído pela doutrina majoritária entre os denominados direitos de segunda geração.

III - Considerando o direito ao meio ambiente natural como pertencente à coletividade, cujos titulares não podem ser individualizados, é correto concluir que tem caráter difuso.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Nenhuma das proposições está correta.
- c) Apenas a proposição III está correta.
- d) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- e) Apenas as proposições I e III estão corretas.

**55) A respeito dos temas *Sucessão de Empregadores e Grupo Econômico*, analise as proposições e assinale a opção CORRETA:**

I - Nos termos da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falência) não é sucessor, inclusive para efeitos trabalhistas, o arrematante dos ativos de empresas ou filiais no processo de falência.

II - Segundo disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, o grupo econômico se forma apenas por empresas, unidas por uma relação de coordenação .

III - Segundo entendimento jurisprudencial e doutrinário majoritários, na hipótese de sucessão fraudulenta é admitida a responsabilidade subsidiária do sucedido.

IV - A tese da solidariedade dual se relaciona com o entendimento de que os integrantes do grupo econômico consubstanciam empregador-único.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature in a circle on the right.

- a) Estão corretas apenas as proposições I e II.
- b) Estão corretas apenas as proposições III e IV.
- c) Estão corretas apenas as proposições II e III.
- d) Estão corretas apenas as proposições I e IV.
- e) Todas as proposições estão corretas .

**56) Analise as proposições abaixo e marque a opção CORRETA:**

I- Nos termos da Lei 7.783/89 (Lei de Greve), a greve suspende o contrato de trabalho. No entanto, a própria lei autoriza a alteração desse enquadramento ao disciplinar que as relações obrigacionais do período de greve serão regidas por acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho.

II - O "lockout" pode ensejar a rescisão indireta do contrato de trabalho.

III - A validade da greve está condicionada à presença de apenas dois requisitos, que são: a aprovação da medida em assembléia e o atendimento às necessidades inadiáveis da comunidade, nos serviços ou atividades essenciais.

IV - Segundo disposição legal, constitui abuso do direito de greve a paralisação na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa, excetuando apenas as hipóteses que tenham por motivo exigir o cumprimento da cláusula ou condição pactuadas e aquela motivada pela superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho.

- a) F, F, V, F.
- b) V, V, F, V.
- c) V, V, V, F.
- d) F, F, F, V.
- e) F, V, F, V.

**57) As proposições abaixo estão relacionadas com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Analise-as e marque a opção CORRETA:**

I - Os valores da conta vinculada do trabalhador, não recebidos em vida pelo titular, poderão ser levantados por seus dependentes habilitados perante a Previdência Social, independentemente de alvará ou inventário.

II - O recolhimento para o FGTS é de natureza compulsória, com exceção dos empregados domésticos, diretores de sociedades não empregados e trabalhadores avulsos.

III - São situações que autorizam o saque do saldo da conta vinculada do FGTS: ter o trabalhador idade igual ou superior a sessenta anos; para aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização; na declaração de nulidade do contrato de emprego do trabalhador irregularmente admitido em entidade estatal .

IV - Segundo entendimento pacificado pelo Tribunal Superior do Trabalho, é de trinta anos a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento do FGTS, desde que observado o prazo de dois anos do término do contrato, mas a prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS.

- a) Estão corretas apenas as proposições I e IV.
- b) Estão corretas apenas as proposições II e III.
- c) Estão corretas apenas as proposições I, III e IV.
- d) Apenas a proposição II está correta.
- e) Todas as proposições estão corretas.

*J. M. ap*

*duano*

**58) Ante os termos contidos na Convenção nº 87 da OIT, o modelo sindical brasileiro e demais modelos existentes, marque a opção CORRETA:**

I - Um dos obstáculos para a ratificação da Convenção 87 da OIT pelo Brasil é a natureza compulsória da contribuição sindical.

II - A Convenção 87 da OIT recomenda o modelo da pluralidade sindical.

III - O sistema da unidade sindical é incompatível com a Convenção 87 da OIT.

IV - Ante a vedação contida na Constituição Federal, de interferência ou intervenção do Poder Público na organização sindical, pacificou o STF o entendimento de que o registro no Cartório de Pessoas Jurídicas é suficiente para a aquisição da personalidade jurídica sindical, não havendo necessidade de registro em qualquer outro órgão para fins de verificação da unicidade, em razão de competir ao Judiciário dirimir eventuais conflitos dessa ordem.

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- c) Somente a proposição I está correta.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I e III estão corretas.

**59) Analise as proposições abaixo e marque a seqüência CORRETA:**

I - O entendimento jurisprudencial e doutrinário dominante tem admitido que o Juiz, ao examinar alegação de que foi abusiva ou excessiva a punição aplicada pelo empregador, declare a nulidade da pena ou estabeleça a sua gradação, ante o fundamento de que esses pronunciamentos não ferem o poder de comando e direção empresarial, refutando, no entanto, a hipótese de modificação da penalidade.

II - A vedação à revista íntima é resultado exclusivo de construção jurisprudencial.

III - Já decidiu o Tribunal Superior do Trabalho no sentido de que o "e-mail" corporativo, específica e previamente destinado à atividade funcional, não está amparado pelo direito de inviolabilidade, podendo ser monitorado pelo empregador.

IV - Além das medidas disciplinares de que dispõe o empregador, tais como a advertência, a suspensão e a dispensa por justa causa, aplicáveis aos empregados em geral, ao atleta profissional há também a possibilidade de aplicação de multa conforme legislação específica.

- a) V, V, F, F.
- b) V, V, V, V.
- c) F, F, V, V.
- d) F, F, F, V.
- e) F, F, F, F.

**60) Considerando o tema discriminação no contrato de trabalho examine as proposições abaixo e marque a opção CORRETA:**

I - A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho adota o entendimento de que em razão de não haver preceito legal que assegure a estabilidade ao empregado portador da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, não há possibilidade de determinação de reintegração, mas sendo incontroverso que a doença era de conhecimento do empregador, presume-se que a dispensa foi discriminatória, sendo cabível indenização por danos morais somente.

II - O princípio da não-discriminação é decorrente do princípio constitucional da igualdade.

f il ap ✗ duvidas



III - A legislação brasileira proibitiva da prática discriminatória não consigna explicitamente as hipóteses de doença, situação familiar e origem como fatores de discriminação, mas faculta ao empregado optar por sua reintegração com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, ou percepção, em dobro, da remuneração referente a esse período na hipótese de rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório.

IV - Muito embora a prática discriminatória possa estar presente em todos os momentos da relação empregatícia, inclusive no período pré-contratual, a tutela antidiscriminatória na esfera infraconstitucional, regula apenas as práticas pertinentes ao período que envolve o término da relação de emprego.

- a) Apenas a proposição II está correta.
- b) Apenas as proposições I e III estão corretas.
- c) Apenas as proposições II e IV estão corretas.
- d) Apenas as proposições I e IV estão corretas.
- e) Apenas a proposição III está correta.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### **61) Examine as duas afirmações abaixo e responda:**

I - No Brasil, a única Constituição que previu expressamente o princípio do duplo grau de jurisdição foi a Constituição do Império (1824).

#### **ENTRETANTO,**

II - a jurisprudência predominante no Supremo Tribunal Federal reconhece o atual *status* constitucional do princípio do duplo grau de jurisdição, uma vez que o Brasil incorporou ao seu Direito a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).

- a) As duas afirmações estão erradas.
- b) A primeira afirmação está errada e a segunda afirmação está correta.
- c) A primeira afirmação está correta e a segunda afirmação está errada.
- d) As duas afirmações estão corretas e a segunda complementa a primeira.
- e) As duas afirmações estão corretas, mas a segunda não complementa a primeira.

### **62) Examine as proposições e responda:**

I – De acordo com a súmula do STF, não se conta em dobro o prazo para recorrer, quando só um dos litisconsortes for sucumbente.

II – De acordo com a súmula do STJ, a inobservância do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, entre a publicação de pauta e o julgamento sem a presença das partes, acarreta nulidade.

III – A lei dispõe que o órgão do Ministério Público deve restituir os autos no prazo legal. Não o fazendo, mandará o juiz, de ofício, riscar o que neles houver escrito e desentranhar as alegações e documentos que apresentar.

*J*

*el*

*Xel*

*Quinn*

- a) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- b) Apenas as proposições I e III estão corretas.
- c) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- d) Nenhuma das proposições está correta.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**63) Examine as proposições e responda:**

I - Para fins de dispensa de prova, são considerados exemplos de fatos notórios: a existência do processamento da recuperação judicial da VARIG S/A; a queda do avião no aeroporto de Congonhas; o local de desfile das Escolas de Samba do carnaval do Rio de Janeiro.

II - De acordo com a súmula do STJ, em ação investigatória, a mera recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA não induz presunção *juris tantum* de paternidade.

III - Enquanto depuserem as testemunhas, o advogado da parte não pode se retirar da sala de audiências, sem permissão do juiz.

IV - O princípio da identidade física do juiz é corolário do princípio da imediação.

- a) Apenas as proposições I e IV estão corretas.
- b) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- c) Apenas as proposições III e IV estão corretas.
- d) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**64) Considere as disposições do CPC e assinale a alternativa CORRETA:**

- a) As despesas processuais abrangem não só as custas dos atos do processo, como também a remuneração de assistente técnico e os honorários advocatícios.
- b) Há previsão legal de responsabilização do juiz por despesas de atos repetidos ou adiados.
- c) O juiz determinará que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo o valor correspondente a essa remuneração, importância que somente será liberada após a entrega do laudo.
- d) Se o assistido ficar vencido, o assistente responderá pelo pagamento da metade do valor das custas por aquele devidas.
- e) As despesas dos atos processuais, efetuados a requerimento do Ministério Público, têm seu pagamento dispensado.

**65) Sobre incidente de uniformização de jurisprudência, assinale a única alternativa CORRETA:**

- a) Compete ao juiz que presidir turma, câmara ou seção solicitar pronunciamento prévio do tribunal acerca da interpretação do direito quando verificar que, a seu respeito, ocorre divergência.
- b) Quando a natureza do caso exigir, será ouvido o chefe do Ministério Público que funciona perante o tribunal.
- c) O tribunal, reconhecendo a divergência, dará a interpretação a ser observada, cabendo apenas ao relator do incidente emitir voto fundamentado.
- d) Os regimentos internos dos tribunais disporão sobre a publicação, no órgão oficial, das súmulas de jurisprudência predominante.
- e) O julgamento, tomado pelo voto de dois terços dos membros que integram o tribunal, será objeto de súmula e constituirá precedente na uniformização da jurisprudência.

**66) Marque a resposta CORRETA, considerando o disposto na legislação processual civil, quanto à liquidação e ao cumprimento da sentença:**

I - Na hipótese do credor não concordar com os cálculos feitos pelo contador do juízo, a execução será processada pelo valor originariamente pretendido, mas a penhora terá por base o valor encontrado pelo contador.

II - A impugnação não terá efeito suspensivo, mas o Juiz pode lhe atribuir esse efeito, nas hipóteses previstas em lei. Mesmo que o Juiz atribua efeito suspensivo à impugnação, o exeqüente pode requerer o prosseguimento da execução, oferecendo e prestando caução suficiente e idônea, arbitrada pelo Juiz e prestada nos próprios autos.

III - Tratando-se do cumprimento de sentença arbitral, entre outras hipóteses, pode o exeqüente optar que ela se faça pelo Juízo do local onde se encontram bens sujeitos à expropriação ou pelo do atual domicílio do executado, caso em que a remessa dos autos do processo será solicitada ao juízo de origem.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- c) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- d) Nenhuma das proposições está correta.
- e) Apenas as proposições I e III estão corretas.

**67) No que diz respeito à execução por quantia certa contra devedor solvente, analise as proposições abaixo e marque a opção CORRETA:**

I - A expropriação consiste, entre outras hipóteses, na adjudicação em favor do exeqüente ou pelos credores concorrentes que hajam penhorado o mesmo bem, ou pelo cônjuge, pelos descendentes ou ascendentes do executado.

II - Sendo a expropriação na forma de alienação por iniciativa particular, poderá ser feita por intermédio de corretor credenciado perante a autoridade judiciária.

III - Na expropriação por alienação em hasta pública, tratando-se de bem imóvel, pode ser admitida a aquisição em prestações, devendo a proposta, nunca inferior ao valor da avaliação, consistir em oferta de pelo menos 30% à vista e o restante em no máximo quarenta e oito prestações.

IV - O usufruto de bem móvel ou imóvel, que também é uma modalidade de expropriação, permite ao exeqüente usufrutuário a celebração de locação do móvel ou imóvel, desde que feita a averbação no registro respectivo.

- a) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- b) Apenas as proposições I e IV estão corretas.
- c) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- d) Apenas as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**68) Analise as proposições abaixo e marque a opção CORRETA:**

I - O Tribunal, ao receber recurso de apelação, verificando que existe no processo nulidade sanável, poderá determinar a realização ou renovação do ato processual, intimando as partes.

f

el

~~af~~

duana

II - O reexame dos pressupostos de admissibilidade do recurso deve ser feito após a apresentação da resposta pelo apelado, no prazo de cinco dias, quando dela constar alegação de conformidade da sentença com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, para fins de não recebimento do recurso de apelação.

III - A apelação será recebida somente no efeito devolutivo quando interposta de sentença que julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem.

IV - Para fins de conhecimento de Recurso Extraordinário, considera-se questão constitucional de repercussão geral, aquela que seja relevante do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico para a causa *sub judice*.

- a) Apenas a proposição II está correta.
- b) Apenas a proposição IV está correta.
- c) Apenas as proposições III e IV estão corretas.
- d) Apenas as proposições I e III estão corretas.
- e) Apenas as proposições I e II estão corretas.

**69) A respeito da antecipação de tutela, assinale a alternativa CORRETA, considerando os termos da legislação processual civil:**

- a) Não se admite em sede de ação rescisória.
- b) É vedado o requerimento de antecipação de tutela quando o processo estiver em grau de recurso.
- c) Sendo o pedido de antecipação de tutela constituído de providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.
- d) Não pode ser concedida contra o poder público.
- e) A imposição de multa com a finalidade de tornar efetiva a tutela na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, depende de requerimento da parte.

**70) Nos termos da legislação processual civil é CORRETO concluir:**

I - A réplica é assegurada ao Autor quando a contestação compreender defesa indireta de mérito ou matéria processual, e nas duas hipóteses lhe é facultada a apresentação de documentos.

II - Distribuir-se-ão por dependência as causas de qualquer natureza quando houver ajuizamento de ações idênticas, ao juízo prevento.

III - Na exceção de incompetência relativa, a petição pode ser protocolizada no juízo eleito pelo réu, com requerimento de sua imediata remessa ao juízo que determinou a citação.

IV - A regra quanto ao ônus da impugnação especificada dos fatos se aplica ao curador especial.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Apenas as proposições I e III estão corretas.
- c) Apenas as proposições II e IV estão corretas.
- d) Apenas as proposições III e IV estão corretas.
- e) Apenas as proposições I e II estão corretas.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### 71) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Administração Direta compreende os governos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como suas autarquias e fundações.
- b) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado.
- c) As sociedades de economia mista podem ser pessoas jurídicas de direito público ou privado, dependendo da lei que as instituir.
- d) As empresas públicas não se incluem na administração indireta.
- e) As sociedades de economia mista e as empresas públicas são pessoas jurídicas da Administração Indireta federal, estadual, distrital ou municipal, portanto, pessoas jurídicas de direito público interno.

### 72) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Embora não exista hierarquia entre os Três Poderes e o magistrado seja autônomo e independente quando no exercício de suas funções típicas, ele está sujeito à hierarquia no que se refere aos atos administrativos, devendo prestar contas de sua atuação.
- b) A atividade regulamentar é exercida pelos chefes do Poder Executivo Federal, Estadual, Distrital e Municipal, no sentido de detalhar a lei, contudo, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que a Constituição da República permite a edição de decreto autônomo em matéria organizativa, respeitados os limites nela previstos.
- c) O princípio da eficiência está consagrado de forma implícita no direito brasileiro.
- d) Inexiste o princípio da pena específica no poder disciplinar.
- e) O administrador tem a sua atividade sujeita aos ditames da lei.

### 73) Analise as proposições e responda:

- I - O ato administrativo vinculado ou regrado é aquele em que a ação do administrador está adstrita aos comandos legais, sem liberdade de opção.
- II - Atos administrativos de império são aqueles em que a Administração utiliza sua supremacia estatal, agindo com prerrogativas próprias.
- III - Quanto à formação os atos administrativos ou são simples ou são complexos.
- IV - A revogação do ato administrativo tem efeito *ex tunc*.

- a) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- b) Todas as proposições estão corretas.
- c) Todas as proposições estão incorretas.
- d) Apenas as proposições III e IV estão corretas.
- e) Apenas as proposições I e II estão corretas.

### 74) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A imprescritibilidade do bem público significa que eles não serão adquiridos por usucapião.
- b) Em face das regras executórias para a Fazenda Pública é correto afirmar que seus bens não podem ser objeto de penhora.
- c) As modalidades de aquisição de bens pela Administração Pública têm forma e requisitos específicos para sua efetivação, segundo se trate de móvel ou imóvel e de acordo com o valor do bem a ser adquirido.

d) A autorização de uso é ato administrativo negocial, unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração faculta a utilização individual de determinado bem público.

e) A cessão de uso é a transferência gratuita de posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro.

**75) Assinale a alternativa CORRETA.**

**O estágio probatório do servidor público federal que assume cargo efetivo por meio de concurso público é de:**

a) Dois anos.

b) Três anos.

c) Um ano.

d) Dois anos na Administração Indireta e três anos na Administração Direta.

e) Nenhuma alternativa correta.

**76) A contratação de pessoal para atender a necessidade temporária da União deve observar, entre outras, as seguintes normas:**

I - O objeto do contrato pode envolver o exercício de atividades técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos internacionais, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública, vedado o aproveitamento dos contratados em qualquer área da administração pública.

II - O recrutamento do pessoal a ser contratado deverá, necessariamente, ser feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive por meio do Diário Oficial da União, prescindindo de concurso público.

III - É proibida a contratação sob o regime temporário de qualquer servidor da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas, sob pena de nulidade do contrato e responsabilização administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive, se for o caso, solidariedade quanto à devolução dos valores pagos ao contratado.

IV - O prazo máximo de duração do contrato é de 06 (seis) meses, renováveis por mais 06 (seis) meses, vedada a realização de nova contratação do mesmo trabalhador antes de decorridos vinte e quatro meses do encerramento de seu contrato anterior.

a) V, F, F, F.

b) F, F, V, V.

c) V, V, V, F.

d) F, V, F, V.

e) V, V, V, V.

**77) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA.**

**Pode-se afirmar quanto ao ato de registro de entidade sindical efetivado pelo Ministério do Trabalho que:**

I - Trata-se de ato administrativo de competência do Ministro do Trabalho.

P

U

X

el

Quero

II - O ato administrativo que defere ou indefere o registro da entidade sindical envolve apreciação da pré-existência de órgão de qualquer grau que represente determinada categoria profissional ou econômica na mesma base territorial, como forma de assegurar-se o cumprimento do princípio da unicidade sindical, e, como tal, envolve o exercício de juízo de mérito, pelo que é classificado como ato discricionário.

III - Ao constatar a autoridade competente que a carta sindical foi equivocadamente concedida a determinada entidade sindical, uma vez que já existia outra que representava a categoria naquela base territorial, deverá, de imediato e independentemente de provocação, revogar o ato, restituindo-se a situação jurídica ao status quo.

IV - A Carta Sindical, como os atos administrativos em geral, goza de presunção de legitimidade e o remédio para desconstituí-la será, forçosamente, o mandado de segurança, uma vez que incabível o habeas corpus na espécie.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as alternativas II e IV estão corretas.
- d) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.
- e) Apenas a alternativa I está correta.

**78) Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O poder de polícia exercido sobre as microempresas assume natureza orientadora e, por esse motivo, deve ser observado o critério da dupla visita para lavratura de auto de infração, salvo na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização, ou, ainda, versar a irregularidade sobre a falta de registro de empregado ou de anotação de CTPS.
- b) São atributos indissociáveis do exercício do poder de polícia administrativa a discricionariedade, a auto-executoriedade e a coercibilidade.
- c) Prescreve em 05 (cinco) anos, na esfera federal, a ação punitiva da administração pública no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração, contados da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado, salvo quando o fato constituir crime.
- d) O poder de polícia administrativa não se confunde com o de polícia judiciária, pois que enquanto o primeiro atinge bens, direitos ou atividades, o segundo incide sobre pessoas.
- e) O poder de polícia administrativa não pode ser exercido nos atos de gestão, atingindo apenas os de império.

**79) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

I - Os atos que causem prejuízo ao erário caracterizam improbidade administrativa; logo, para a existência dessa figura jurídica é necessário, nos moldes da legislação aplicável, que haja efetivação de dano ao patrimônio público.

II - Pode ser sujeito ativo de atos de improbidade administrativa o empregado de sociedade de economia mista e, ainda, o terceiro alheio ao quadro de agentes públicos, desde que exercendo atividade remunerada, venha a agir em concurso com estes, causando prejuízo patrimonial a órgão integrante da administração pública direta e indireta ou fundacional de qualquer dos três Poderes da União, Estado, Distrito Federal, Município ou Território.

f

il

af

duccius

III - São sujeitos passivos dos atos de improbidade administrativa, além dos órgãos da administração pública mencionados no item II, as empresas incorporadas ao patrimônio público e as entidades para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido.

IV - Dentre outras medidas de natureza cautelar previstas na lei de improbidade administrativa está a suspensão do contrato do empregado público, quando a medida se mostrar necessária à instrução processual, pelo tempo necessário à conclusão desta.

- a) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- b) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Todas as proposições estão corretas.
- d) Nenhuma proposição está correta.
- e) Apenas as proposições III e IV estão corretas.

**80) A propósito da responsabilidade civil do Estado, é CORRETO afirmar que:**

- a) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já admitiu, em alguns casos, a indenização por dano resultante de ato legislativo quando, declarado inconstitucional pela Corte, causar prejuízos comprovados ao administrado.
- b) a responsabilidade objetiva, segundo doutrina e jurisprudência majoritárias na matéria, não atinge os atos jurisdicionais, cabendo à Fazenda Pública indenizar exclusivamente aqueles em que se verificar que o agente político agiu com dolo ou culpa manifestos.
- c) prestada pela União indenização reparatória a dano decorrente de ato extracontratual praticado por servidor público, surge para a administração a faculdade de reaver o montante do prejuízo experimentado, pelo exercício de ação regressiva contra o agente, desde que este tenha agido com culpa ou dolo.
- d) a Constituição de 1988 elegeu modelo de responsabilidade civil desvinculado de culpa e, adotando a teoria do risco integral, atribuiu à administração pública responsabilidade objetiva pelos danos causados a terceiros por atos de seus agentes públicos.
- e) nenhuma das proposições anteriores está correta.

## DIREITO PENAL

**81) Escolha a alternativa CORRETA:**

- a) Atribuir a terceiro a prática de um crime que realmente tenha cometido, devidamente provado por meio da exceção da verdade, caracteriza o crime de calúnia.
- b) Propalar ou divulgar a calúnia também é calúnia, ainda que o agente não tenha consciência da falsidade do fato imputado a outrem por terceiro.
- c) Segundo a jurisprudência prevalente nos tribunais, a imputação falsa da prática de uma contravenção penal, em circunstâncias especiais, pode caracterizar o crime de calúnia.
- d) O objeto jurídico do crime de calúnia é a honra objetiva. Assim, a imputação falsa do crime de furto ao sujeito que cumpre pena por homicídio pode caracterizar o crime de calúnia.
- e) Por expressa previsão legal, os mortos também podem ser sujeitos passivos do crime de calúnia.



**82) O crime de abuso de autoridade é regulado por lei especial (Lei nº. 4.898/65). Examine as proposições abaixo e responda:**

I - A atividade exercida pelo profissional do sexo (*meretriz* ou *garoto de programa*), que recebe clientes em sua residência, é considerada criminosa. Logo, o ato de detenção proveniente de autoridade policial, em tal circunstância, não constitui crime de abuso de autoridade.

II - O auditor fiscal do trabalho que, recusando-se a exibir documento de identificação fornecido por autoridade competente, lavra auto de inspeção e aplica multa à empresa por descumprimento da lei trabalhista, comete crime de abuso de autoridade.

III - Segundo disposição da lei, constitui abuso de autoridade qualquer atentado ao direito de reunião, ao sigilo da correspondência e aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional.

- a) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- b) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- c) Apenas as proposições I e III estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Nenhuma das proposições está correta.

**83) Assinale a alternativa CORRETA:**

a) Para efeito do crime de falso testemunho, calar a verdade é a conduta do agente que afirma não saber o que realmente sabe.

b) A conduta omissiva da pessoa que deixa de comunicar à autoridade policial o paradeiro do criminoso configura o crime de favorecimento pessoal.

c) No crime de corrupção ativa de testemunha, há um sujeito passivo da conduta delituosa: o litigante prejudicado com o depoimento.

d) Configura crime de exercício arbitrário das próprias razões, e não de furto, a hipótese do agente que subtrai coisa alheia móvel, a pretexto de se pagar dívida que o dono se recusa a satisfazer.

e) No crime de fraude processual, não importa se a conduta delituosa é destinada a produzir efeito em processo civil, penal ou trabalhista; a pena a ser aplicada é a mesma.

**84) Considerando os crimes de falsidade documental, examine as proposições abaixo e responda:**

I - Também incorre no crime de falsidade de atestado médico, o dentista que, com o fim de lucro, fornece atestado ao trabalhador para abono de falta ao serviço, sem examiná-lo, assumindo, assim, os riscos de seu ato.

II - O crime de falso reconhecimento de firma ou letra é crime próprio; portanto, pode ser praticado por pessoa que, não detendo fé pública, reconheça como verdadeira *firma* que não o seja.

III - O crime de falsificação de documento público é plurissubsistente e tem a pena agravada se a conduta delituosa for praticada por funcionário público, prevalecendo-se do cargo.

IV - No crime de falsidade ideológica, são co-autoras as testemunhas da elaboração do documento, pois atestam a forma e o conteúdo da declaração.

V - O crime de uso de documento falso é unissubsistente, instantâneo, de efeitos permanentes, e se consuma no momento da utilização do documento, sendo irrelevante para a lei se a falsidade é material ou ideológica.

g

ll

X

ef

gulluau

- a) V, V, V, V, F.
- b) V, V, F, V, F.
- c) F, V, F, V, F.
- d) F, F, V, F, V.
- e) F, F, F, F, V.

**85) De acordo com a tipificação do Código Penal, NÃO é crime contra a organização do trabalho:**

- a) O crime de exercício de atividade com infração de decisão administrativa.
- b) O crime de invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem.
- c) O crime de redução a condição análoga à de escravo.
- d) O crime de atentado contra a liberdade de associação.
- e) O crime de aliciamento para o fim de emigração.

## DIREITO COMERCIAL

**86) Sobre recuperação judicial, escolha a única alternativa CORRETA de acordo com a disposição da Lei n.º. 11.101/2005 (Lei de falência):**

- a) Constituem meios de recuperação judicial: aumento de capital social; venda parcial de bens; usufruto da empresa; emissão de valores mobiliários.
- b) O plano de recuperação judicial poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.
- c) O juiz do trabalho não poderá requerer a reserva de crédito ilíquido perante o juízo da recuperação judicial.
- d) Na alienação de bem objeto de garantia real, a supressão da garantia é admitida independentemente da anuência do credor titular da respectiva garantia.
- e) Os credores trabalhistas, cuja habilitação for recebida como retardatária, não terão direito a voto nas deliberações da assembléia-geral de credores.

**87) Examine as proposições e responda:**

I – O Comandante é o preposto do proprietário da aeronave e, nesta condição, tem a responsabilidade pelo cumprimento da regulamentação profissional no tocante à jornada de trabalho e aos intervalos para repouso da tripulação, anotando tais informações no Diário de Bordo.

II – A jornada de trabalho dos aeronautas é considerada encerrada 30 (trinta) minutos após a parada final dos motores.

III – Sobreaviso é o período de tempo em que o aeronauta permanece, por determinação do empregador, em local de trabalho à sua disposição.

- a) Apenas a proposição III está correta.
- b) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- c) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Nenhuma das proposições está correta.

**88) Examine as proposições e responda:**

I - A lei admite a existência de sociedades anônimas com objeto civil; mesmo assim, a natureza jurídica destas sociedades será sempre empresarial.

II - Toda sociedade anônima possui finalidade lucrativa, permitindo a lei que as ações que compõem o capital social sejam subscritas por apenas duas pessoas.

III - Em nenhuma hipótese a lei admite a existência de sociedade anônima com um único acionista.

- a) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- b) Apenas as proposições I e III estão corretas.
- c) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Nenhuma das proposições está correta.

**89) De acordo com a Lei nº. 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações, escolha a alternativa INCORRETA:**

- a) A administração da companhia competirá, conforme dispuser o estatuto, ao conselho de administração e à diretoria, ou somente à diretoria.
- b) As companhias abertas terão, obrigatoriamente, conselho de administração.
- c) Os empregados podem ser representados no conselho de administração, mediante indicação do sindicato e aprovação dos acionistas.
- d) O conselheiro deve ter reputação ilibada, requisito legal para a sua eleição.
- e) Os administradores são solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados em virtude do não cumprimento dos deveres impostos por lei para assegurar o funcionamento normal da companhia, ainda que, pelo estatuto, tais deveres não caibam a todos eles.

**90) Considerando os princípios que regem o Código de Defesa do Consumidor, examine as proposições e responda:**

I - O Código de Defesa do Consumidor consagrou o princípio da *boa-fé objetiva* como uma das bases das relações de consumo.

II - A *boa-fé subjetiva* corresponde ao padrão de conduta que impõe à pessoa o dever de agir de acordo com determinadas recomendações sociais de correção, lisura, lealdade e honestidade.

III - A *boa-fé objetiva* corresponde ao estado psicológico da pessoa, à sua real intenção, ao seu convencimento de estar agindo de forma a não prejudicar outrem na relação jurídica.

- a) Nenhuma das proposições está correta.
- b) Apenas as proposições I e III estão corretas.
- c) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- d) Apenas a proposição II está correta.
- e) Apenas a proposição I está correta.

*[Handwritten marks and signatures: a checkmark, a scribble, a signature 'cel', and a large signature 'duvano' circled in black.]*

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

**91) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

I - Doença profissional é aquela adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação elaborada pelo Ministério da Previdência Social.

II - Doença do trabalho é aquela produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante de relação elaborada pelo Ministério da Previdência Social.

III - O auxílio-acidente não é devido ao trabalhador doméstico nem ao segurado especial.

IV - Auxílio-acidente é o benefício pago ao acidentado a contar do 16º dia seguinte ao do afastamento em decorrência do acidente.

- a) V, V, V, F.
- b) F, F, F, V.
- c) F, F, F, F.
- d) F, F, V, F.
- e) V, V, V, V.

**92) No que diz respeito aos princípios constitucionais da Seguridade Social, analise as proposições abaixo e marque a opção CORRETA:**

I - O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento se desdobra em dois aspectos, objetivo e subjetivo, correspondendo o primeiro à cobertura dos riscos e contingências previstas em lei, e o segundo relacionado ao atendimento de toda a sociedade.

II - O princípio da equidade na forma de participação no custeio deriva do princípio da igualdade e é dirigido ao legislador ordinário e não ao Juiz.

III - O princípio da diversidade da base de financiamento observa a capacidade econômica do contribuinte, redundando na progressividade de alíquotas.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa III está correta.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

**93) Observando os termos da legislação ordinária no que diz respeito à aposentadoria por invalidez, NÃO É CORRETO afirmar:**

- a) A concessão da aposentadoria por invalidez independe de auxílio-doença prévio.
- b) A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

f      el      f      el      duvan

c) A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado empregado doméstico, trabalhador avulso, contribuinte individual, especial e facultativo, a contar da data do início da incapacidade ou da data da entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de trinta dias.

d) O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir da data do retorno.

e) Se em consequência do acidente de trabalho, o segurado necessitar da assistência permanente de outra pessoa, será o valor da aposentadoria por invalidez acrescido de 25%, desde que o valor do benefício não atinja o limite máximo legal.

**94) Analise as proposições abaixo e marque a opção CORRETA:**

I - A lei que instituiu o Plano de Custeio da Previdência Social (8.212/91) dispõe que o direito da Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após 10 (dez) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído.

II - A legislação mencionada no item anterior dispõe que o direito da Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após 10 (dez) anos contados da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.

III - Decidiu recentemente o Supremo Tribunal Federal pela inconstitucionalidade do artigo de lei que autoriza o INSS a apurar e constituir créditos pelo prazo de 10 anos.

IV - A legislação referida nas proposições I e II dispõe que o direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, constituídos na forma nela prevista, prescreve em 10 (dez) anos.

a) V, F, V, F.

b) V, V, F, V.

c) F, V, F, V.

d) V, V, V, F.

e) F, F, F, V.

**95) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA.**

**Nos termos da legislação pertinente, independe de carência a concessão das seguintes prestações:**

I - Salário-família e auxílio-acidente.

II - Serviço social e reabilitação profissional.

III - Pensão por morte e auxílio-reclusão.

IV - Salário-maternidade para as seguradas empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica.

a) Todas as proposições estão corretas.

b) Apenas as proposições I, II e III estão corretas.

c) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas.

d) Apenas as proposições I, III e IV estão corretas.

e) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas.

8 11

f cp

Quirino

## DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

**96) Examine a proposição e assinale a alternativa INCORRETA.**

**O agente diplomático não gozará da imunidade de jurisdição penal, civil e administrativa do Estado acreditado:**

- a) quando se tratar de uma ação sobre imóvel privado situado no território do Estado acreditado, salvo se o agente diplomático o possuir por conta do Estado acreditante para os fins da missão.
- b) nas ações sucessórias na qual o agente diplomático figure, a título privado e não em nome do Estado, como executor testamentário, administrador, herdeiro ou legatário.
- c) nas ações referentes a qualquer profissão liberal exercida pelo agente diplomático no Estado acreditado fora de suas funções oficiais.
- d) nas ações referentes a qualquer atividade comercial exercida pelo agente diplomático no Estado acreditado fora de suas funções oficiais.
- e) tão logo terminadas suas funções, independente da data em que sair do País.

**97) Considerando o tema “Relações Consulares” analise as proposições e responda:**

I - O consentimento dado para o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois Estados implicará, salvo indicação em contrário, no consentimento para o estabelecimento de relações consulares.

II - A ruptura das relações diplomáticas *ipso facto* resulta na ruptura das relações consulares.

III - As funções consulares serão exercidas por repartições consulares e não pelas missões diplomáticas.

IV - A sede da repartição consular, sua classe e a jurisdição consular serão fixadas pelo Estado que envia e submetidas à aprovação do Estado receptor.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Todas as proposições estão incorretas.
- c) Apenas as proposições I e IV estão corretas.
- d) Apenas a proposição III está correta.
- e) Apenas a proposição II está correta.

**98) A respeito da Organização Internacional do Trabalho é INCORRETO afirmar:**

- a) O Conselho de Administração da organização referida é composto de representantes dos Governos, dos empregados e ~~dos~~ dos empregadores, renovado a cada três anos.
- b) Os poderes, as funções e o regulamento das conferências regionais da OIT obedecerão às normas formuladas pelo Conselho de Administração e por ele apresentadas à Conferência Geral para fins de confirmação.
- c) A Organização Internacional do Trabalho poderá concluir com as Nações Unidas quaisquer acordos financeiros e orçamentários que pareçam convenientes.
- d) Na Conferência Geral dos representantes dos Estados-Membros os delegados do Governo poderão se fazer acompanhar dos consultores técnicos que julgarem necessário, não podendo haver recusa dos delegados e consultores indicados.

e) Qualquer delegado poderá, por nota escrita dirigida ao Presidente, designar um de seus consultores técnicos como seu substituto, e este, nesta qualidade, poderá tomar parte nas deliberações e votar.

**99) Sobre o Mercosul é INCORRETO afirmar:**

- a) O Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado em março de 1991 pelo Tratado de Assunção, por decisão política soberana das Repúblicas Argentina, Federativa do Brasil, do Paraguai e Oriental do Uruguai.
- b) O Mercosul foi estruturado pelo Protocolo de Ushuaia em dezembro de 1994.
- c) O Tratado de Assunção é aberto à adesão, mediante negociação, dos demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração, cujas solicitações poderão ser examinadas pelos Estados Partes depois de cinco anos do início de sua vigência.
- d) O Foro Consultivo Econômico-Social é o órgão de representação dos setores econômicos e sociais e será integrado por igual número de representantes de cada Estado Parte e foi criado pelo Protocolo de Ouro Preto.
- e) No Protocolo de Olivos os Estados Partes do Mercosul declararam reconhecer como obrigatória, *ipso facto* e sem necessidade de acordo especial, a jurisdição dos Tribunais Arbitrais *Ad Hoc* que em cada caso se constituam para conhecer e resolver as controvérsias a que se refere o presente Protocolo, bem como a jurisdição do Tribunal Permanente de Revisão para conhecer e resolver as controvérsias conforme as competências que lhe confere o presente Protocolo.

**100) Considerando a Declaração Sociolaboral do Mercosul datada de 1998, é INCORRETO afirmar que:**

- a) todo trabalhador tem garantida a igualdade efetiva de direitos, tratamento e oportunidades no emprego e ocupação, sem distinção ou exclusão por motivo de raça, origem nacional, cor, sexo ou orientação sexual, idade, credo, opinião política ou sindical, ideologia, posição econômica ou qualquer outra condição social ou familiar, em conformidade com as disposições legais vigentes.
- b) todo trabalhador migrante, independentemente de sua nacionalidade, tem direito à ajuda, informação, proteção e igualdade de direitos e condições de trabalho reconhecidos aos nacionais do país em que estiver exercendo suas atividades, em conformidade com a legislação profissional de cada país.
- c) todos os trabalhadores e as organizações sindicais têm garantido o exercício do direito de greve, a qual não poderá ser impedida ou desvirtuada por mecanismos internos de prevenção, repressão ou solução de conflitos.
- d) toda pessoa tem direito ao trabalho livre e a exercer qualquer ofício ou profissão, de acordo com as disposições nacionais vigentes.
- e) todo trabalhador tem direito à orientação, à formação e à capacitação profissional.

The image shows several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a signature that appears to be 'F. el', followed by a signature that looks like 'J. P. el', and finally a large, stylized signature that is difficult to decipher but seems to be 'J. P. el' or similar. The signatures are written in a cursive, flowing style.

**GABARITO OFICIAL- XIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO  
CARGO DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

1-B	26-D	51-D	76-A
2-C	27-C	52-C	77-E
3-D	28-B	53-B	78-B
4-A	29-E	54-E	79-D
5-A	30-A	55-D	80-A
6-E	31-B	56-B	81-D
7-B	32-E	57-A	82-B
8-C	33-C	58-C	83-D
9-A	34-A	59-C	84-D
10-D	35-E	60-A	85-C
11-B	36-D	61-C	86-A
12-D	37-C	62-E	87-B
13-B	38-B	63-A	88-A
14-A	39-E	64-B	89-C
15-C	40-D	65-D	90-E
16-E	41-C	66-B	91-C
17-D	42-D	67-A	92-D
18-C	43-A	68-D	93-E
19-A	44-C	69-C	94-B
20-E	45-C	70-E	95-A
21-D	46-E	71-B	96-E
22-C	47-A	72-C	97-C
23-B	48-B	73-E	98-D
24-E	49-E	74-D	99-B
25-A	50-A	75-B	100-C

